

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado da 1ª parte das 80 (oitenta) questões objetivas, divididas nas seguintes sessões:

Conhecimentos Básicos				Conhecimentos Específicos		
Língua Portuguesa	Informática	Raciocínio Lógico	Conhecimentos de Física	Direção Defensiva	Primeiros Socorros	Legislação de Trânsito
1 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 55
2 PONTOS		1 PONTO		2 PONTOS		3 PONTOS

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a sequência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea "a" do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06- Na Prova Objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

07- Na Folha de Respostas, as questões estão identificadas pelo mesmo número, e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou a rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo, etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.

09- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITURA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar o menos possível de "espaços em branco" dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.

10- Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova, conforme alínea "c" do item 9.19. Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva, conforme o item 9.19, alínea "d", do edital.

11- Conforme o item 9 do edital, **é vedado** ao candidato:

a) se utilizar ou portar, durante a realização das provas, de armas, máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie, quer seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões, a Folha de Redação e/ou a Folha de Respostas**;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;

d) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova.

12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS**.

13- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

14- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DA REDAÇÃO É DE CINCO (5) HORAS**.

15- Por motivo de segurança, a FUNRIO solicita que o candidato transcreva em letra cursiva, no espaço próprio da Folha de Respostas, a frase abaixo apresentada.

**"A sabedoria diz que o erro é inseparável da ação justa, que a mentira é inseparável da sua verdade..."**

(José Saramago)

Texto I

Para as questões 1 a 3

Colisão entre caminhão e carro deixa 4 mortos em Pernambuco

Ana Lima Freitas – Texto adaptado

Uma colisão, na qual um caminhão foi de encontro a um carro, deixou 4 pessoas mortas e 2 feridas na noite desta terça-feira na cidade de Salgueiro, a 530km do Recife, no sertão de Pernambuco. Entre as vítimas fatais, estavam engenheiros responsáveis pela construção da Ferrovia Transnordestina.

Segundo informações da Polícia Rodoviária Federal, o caminhão com placa do Rio Grande do Norte, o qual a Polícia recolheu ao depósito, colidiu com o carro, um veículo Gol, com placa do Ceará. Dos 4 ocupantes do Gol, 3 morreram. Entre eles estavam engenheiros responsáveis pela construção da Ferrovia Transnordestina. O motorista do caminhão também morreu no local do acidente. Ao Hospital Regional de Salgueiro as vítimas do referido acidente foram levadas.

<<http://noticias.terra.com.br/transito/interna>> acesso em 26 ago. 2009.

**\* Língua Portuguesa \*****Questão 1**

Do texto I, considere apenas o trecho: "...o caminhão com placa do Rio Grande do Norte, o qual a Polícia recolheu ao depósito, colidiu com o carro". Em relação ao termo "o qual", é correto afirmar que

- A) promove a coerência textual apontando o termo que o precede, sendo portanto catafórico.
- B) é tido como sujeito da frase, uma vez que substitui tal termo.
- C) pode ser substituído por "cuja" sem comprometer a coesão textual.
- D) é pronome relativo e pertence à segunda oração do período destacado.
- E) é pronome relativo, portanto, não poderia referir-se a um substantivo.

**Questão 2**

Em relação à manutenção da coesão e coerência do trecho "Ao Hospital Regional de Salgueiro as vítimas do referido acidente foram levadas", pode-se afirmar que

- A) há manutenção da coesão e coerência textuais desfavorecidas pelo emprego da voz passiva.
- B) é sujeito paciente o termo "as vítimas", como comprova a concordância de "serem levadas".
- C) realizando os ajustes necessários, a expressão "foram levadas" seria erroneamente substituída por levaram-se.
- D) há inversão da ordem direta da oração, ocasionando incoerência textual e ambiguidade.
- E) é incoerência textual alocar adjunto adverbial no início do período construído na voz passiva.

**Questão 3**

Reescrevendo-se trechos do texto I, indicados entre parênteses, há correção ortográfica no item

- A) "Uma colisão,...., há 530km do Recife."(linhas 1 e 2)
- B) "O motorista do caminhão também faleceu no local do acidente" (linhas 6 e 7)
- C) "...um caminhão foi de encontro a um veículo..."(linha 1)
- D) "Entre eles estavam profissionais responsáveis" (linhas 5 e 6)
- E) "Segundo relatorios da Polícia Rodoviária Federal" (linha 4)

**Questão 4**

Observe o trecho de "O Cortiço", de Aluísio de Azevedo:

"Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, [...]. Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo."

Seu autor utiliza o seguinte recurso estilístico:

- A) eufemismo.
- B) gradação.
- C) comparação.
- D) antítese.
- E) personificação.

**Questão 5**

No afã de manter a elegância textual e a correção na utilização dos tempos e ortografia verbais, policial em rodovia diz a um companheiro de trabalho: “Na rodovia, ..... com ..... e agilidade quando ..... pessoas que necessitem de seu auxílio”.

O item que completará adequadamente o período selecionado é:

- A) haja, descrição, ver.
- B) aja, descrição, vir.
- C) haja, discríção, ver.
- D) aja, discríção, vir.
- E) aja, discreção, ver.

Texto para as questões 6 a 8.

**Violência no trânsito**

Se quase sempre é difícil fazer uma autoavaliação, é impossível adivinhar o estado de espírito do motorista ao lado. Assim, uma atitude preventiva – e, por que não, defensiva – é a melhor maneira de não se envolver em situações de violência. O psiquiatra forense Everardo Furtado de Oliveira afirma que é possível prevenir uma briga, evitando, por exemplo, contato de olhos com o condutor agressivo, não fazer ou revidar gestos obscenos, não ficar na cola de ninguém e não bloquear a mão esquerda, por exemplo. Medalhista olímpico em 1992, o judoca Rogério Sampaio não pensa muito diferente: “Respire fundo, tenha consciência de que não vale a pena brigar e, principalmente, pense em sua família”.

Com o objetivo de entender o comportamento do motorista e do pedestre capixaba e desenvolver ações para melhorar o tráfego, o Detran do Espírito Santo entrevistou quase 400 motoristas. A pesquisa, coordenada pelo antropólogo Roberto DaMatta, mostrou que desprezo às regras, agressividade e despreparo são características dos motoristas entrevistados. “O que o condutor pensa quando está dentro do carro é que a ele é dado o direito de ser imprudente de vez em quando. Para os nossos erros, procuramos muitas desculpas. Aquele que cumpre a lei é visto como alguém em uma posição inferior, um fraco”, diz Luciene Becacici, diretora-geral do órgão.

Em Brasília (DF), a tese de doutorado sobre o trânsito da cidade defendida pela psicóloga Cláudia Aline Soares Monteiro envolveu uma pesquisa com 923 motoristas. “Dos entrevistados, 84% afirmaram sentir raiva enquanto dirigem. Pessoas que tinham mais tempo de habilitação e dirigiam com maior frequência cometiam mais erros e eram mais agressivas”, diz Cláudia. Segundo o trabalho, quanto maior o nível de escolaridade da mulher, mais ela se irrita no tráfego. A situação é inversa para o sexo masculino. Além disso, os que mais cometem infrações são jovens com idade entre 18 e 27 anos, solteiros e sem filhos. A situação que mais deixa os homens nervosos é ter avanço impedido do veículo. Já as mulheres se irritam com direção agressiva por parte de outros motoristas.

[...]

O trânsito é um ambiente de interação social como qualquer outro. “O carro é um ambiente particular, mas é preciso seguir regras, treinar o autocontrole e planejar os deslocamentos. É um local em que é preciso agir com civilidade e consciência”, diz a hoje doutora em trânsito Cláudia Monteiro.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o carro não é o escudo protetor que se supõe. Exercitar a paciência e o autocontrole não faz parte do currículo das autoescolas, mas são práticas cada vez mais necessárias à sobrevivência no trânsito.

Internet: [http://quatorrodas.abril.uol.com.br/reportagens/conteudo\\_288447.shtml](http://quatorrodas.abril.uol.com.br/reportagens/conteudo_288447.shtml). Acesso em 29/8/2009, com adaptações.

**Questão 6**

Assinale a alternativa em que a reescritura do trecho “‘Dos entrevistados, 84% afirmaram sentir raiva enquanto dirigem. Pessoas que tinham mais tempo de habilitação e dirigiam com maior frequência cometiam mais erros e eram mais agressivas’, diz Cláudia.” mantém a correção gramatical e não compromete o sentido original.

- A) A maioria dos entrevistados afirmou que sente raiva enquanto dirige. Pessoas mais experientes na condução de veículos automotivos cometem mais erros e são mais agressivas.
- B) 84% dos entrevistados afirmou que sentem raiva enquanto dirigem. Pessoas, que tinham mais tempo de habilitação e dirigiam com maior frequência, cometiam mais erros e eram mais agressivas.
- C) Dos entrevistados, 84% afirmou que sentem raiva enquanto dirigem. Pessoas que tinham mais tempo de habilitação e dirigiam com mais frequência cometiam mais erros e eram mais agressivas.
- D) Dos entrevistados, 84% afirmou que sente raiva enquanto dirige. Pessoas com mais tempo de habilitação e que dirigiam com mais frequência, cometiam mais erros e eram mais agressivas.
- E) A maior parte dos entrevistados afirmou que sente raiva enquanto dirigem. Pessoas que dirigiam com mais tempo de habilitação frequentemente cometiam mais erros.

**Questão 7**

No trecho “O psiquiatra forense Everardo Furtado de Oliveira afirma que é possível prevenir uma briga, evitando, por exemplo, contato de olhos com o condutor agressivo”, verifica-se o emprego do infinitivo verbal, cujo papel gramatical é

- A) indicar tempo futuro hipotético.
- B) condensar a estrutura de sua oração.
- C) caracterizar a opinião do psiquiatra.
- D) reforçar o caráter atemporal da condução agressiva.
- E) manter a clareza e originalidade.

**Questão 8**

Assinale a alternativa em que se encontra o mesmo recurso de linguagem empregado em “o carro não é o escudo protetor que se supõe”.

- A) O Brasil quer ver o alto índice de acidentes de trânsito diminuir.
- B) Prevaleceu no caso a sua vontade de ferro.
- C) Precisamos proteger as árvores e os rios.
- D) As folhas finas fazem felizes os homens.
- E) Tudo que sei é que nada sei.

**Questão 9**

"Quando você me ouvir cantar,  
Venha, não creia, eu não corro perigo"

A canção de Caetano Veloso emprega uma estrutura sintática que combina os verbos "ouvir" e "cantar" com o pronome "me". Quanto a essas palavras, é correto afirmar que

- A) os verbos "ouvir" e "cantar" formam uma locução verbal vinculada ao pronome "me".
- B) apenas o verbo "cantar" é transitivo direto, sendo "me" o objeto direto.
- C) o pronome oblíquo ocupa uma posição de ênclise ao verbo "ouvir".
- D) apenas o verbo "ouvir" é intransitivo, sendo "me" uma palavra expletiva.
- E) o pronome "me" se relaciona gramaticalmente com "cantar" e com "ouvir".

**Questão 10**

No português brasileiro, há a preferência pelo emprego da terceira pessoa para o tratamento do interlocutor, como se pode observar no trecho “Respire fundo, tenha consciência de que não vale a pena brigar e, principalmente, pense em sua família.”. Assinale a alternativa em que essa mesma tendência é praticada adequadamente.

- A) “Vem pra Caixa você também.”
- B) “Faz um 21.”
- C) “Seja mais um motorista consciente.”
- D) “Deixa a preguiça no sofá. Anda de bicicleta.”
- E) “Afasta de mim esse cálice.”

**Questão 11**

No tema indígena e em outros, devem-se proteger os interesses de todos e a paz social, imprescindível para o funcionamento do país, mas também devem-se proteger os direitos das partes. As florestas têm seus direitos, independentemente de algumas discussões que possam vir a acontecer sobre a propriedade de determinados territórios, porque as comunidades têm os seus. Deve-se fazer um esforço para dialogar que permita avanço no processo.  
(El Diario Austral, 30 set.2001).

O trecho acima foi retirado do discurso do subsecretário do Ministério de Desenvolvimento e Planejamento do Chile, publicado naquele país. Assinale a alternativa que analisa gramaticalmente de modo correto uma das passagens do texto.

- A) "Devem-se proteger os interesses de todos" contém pronome com função indeterminadora do sujeito.
- B) O advérbio "independentemente" introduz uma locução concessiva de causa.
- C) A locução verbal "possam vir a acontecer" indica a precisão das discussões.
- D) O pronome possessivo "seus" está empregado com o valor de "alguns".
- E) O termo "para o funcionamento do país" é complemento nominal de "imprescindível".

**Questão 12**

Um importante aspecto da experiência dos outros na vida cotidiana é o caráter direto ou indireto dessa experiência. Em qualquer tempo é possível distinguir entre companheiros com os quais tive uma atuação comum situações face a face e outros que são meros contemporâneos, dos quais tenho lembranças mais ou menos detalhadas, ou que conheço simplesmente de oitiva. Nas situações face a face tenho a evidência direta de meu companheiro, de suas ações, atributos, etc. Já o mesmo não acontece no caso de contemporâneos, dos quais tenho um conhecimento mais ou menos dignos de confiança.

No trecho “Já o mesmo não acontece no caso de contemporâneos, dos quais tenho um conhecimento mais ou menos dignos de confiança.” (linhas 4 e 5), a palavra “já” pode ser substituída, sem alteração de sentido, por

- A) entretanto.
- B) como.
- C) à medida que.
- D) se.
- E) quando.

**Questão 13**

O hino do América F.C., composto por Lamartine Babo, diz:

“Hei de torcer, torcer, torcer... Hei de torcer até morrer, morrer, morrer... Pois a torcida americana é toda assim, a começar por mim.”

O recurso linguístico que enfatiza o compromisso entoado pelo hino é

- A) o uso das reticências.
- B) a repetição da estrutura sintática.
- C) o emprego do verbo auxiliar “haver”.
- D) a presença da palavra “torcida”.
- E) a autorreferência do pronome “mim”.

**Questão 14**

Outra de elevador

“Ascende”, dizia o ascensorista. Depois: “Eleva-se.” “Para cima.” “Para o alto.” Escalando.” Quando perguntavam: “Sobe ou desce?”, respondia: “A primeira alternativa.” Depois dizia “Descende”, “Ruma para baixo”, “Cai controladamente.” “A segunda alternativa.” “Gosto de improvisar”, justificava-se. Mas como toda a arte tende para o excesso, chegou ao preciosismo. Quando perguntavam “Sobe?”, respondia: “É o que veremos...” Nem todo o mundo compreendia, mas alguns os instigavam. Quando comentavam que devia ser uma chatice trabalhar em elevador, ele respondia: “Tem seus altos e baixos”, como esperavam. Respondia, criticamente, que era melhor que trabalhar em escala, ou que não se importava, embora o seu sonho fosse um dia, comandar alguma coisa que andasse para os lados. E quando ele perdeu o emprego, porque substituíram o elevador antigo do prédio por um moderno automático, daqueles que têm música ambiental, disse: “Era só me pedirem – eu também canto.”

(Luis Fernando Veríssimo – jornal O Globo, 2002)

O elemento em destaque em cada vocábulo que deve ser identificado como um morfema, indicador de ação em processo é:

- A) controladamente – mente.
- B) chatice – ice.
- C) escalando – ndo.
- D) ambiental – al.
- E) pedirem – rem.

**Questão 15**

Texto

“ Enquanto o acima exposto é mantido, o sistema ainda consegue grande flexibilidade, graças aos fatos de que qualquer relatório pode ser emitido em impressora ou vídeo, pode ser integrado a um potente sistema de mala-direta (Vide mala-direta do fabricante) para emissão de cartas de cobranças e outros avisos, não possui estrutura de arquivos fixa, permitindo a utilização e criação de diversas combinações de arquivos, permite facilidade para a seleção da consulta ou relatório desejado.”

A maneira como certos textos são escritos pode dificultar o entendimento do que se quer dizer. É o que ocorre com o texto acima, cujo problema principal está identificado na seguinte afirmação.

- A) há uso inadequado da palavra flexibilidade, que pode ser interpretada de duas formas, subvertendo a ordem do texto.
- B) há ausência de ponto e vírgula, o que indica, formalmente, a separação da ideia central do texto.
- C) há a presença excessiva de elementos de ligação entre as partes do texto.
- D) há a presença de parênteses desagregando informações e desviando a atenção para a ideia predominante do texto.
- E) há falta de unidade e de progressão textual, o que prejudica a compreensão da mensagem.

**\* Conhecimentos de Informática \*****Questão 16**

O hardware de um computador é composto por processador, memória e unidades de entrada e/ou saída denominados dispositivos periféricos. Qual alternativa lista três dispositivos que são periféricos de entrada e saída?

- A) Teclado, microfone e mouse.
- B) Modem, alto falante e impressora.
- C) Disco magnético, mouse e alto falante.
- D) Disco magnético, modem e tela de toque.
- E) Tela de toque, teclado e impressora.

**Questão 17**

No sistema operacional Microsoft Windows, o programa Windows Explorer, entre outras tarefas,

- A) exibe a estrutura hierárquica de arquivos, pastas e unidades no computador.
- B) pesquisa e exibe informações na World Wide Web, através de uma conexão à Internet.
- C) serve para ler e-mails, participar de chat on line, apreciar música e vídeo on line.
- D) edita documentos simples, com textos básicos, sem imagens e sem formatação.
- E) gerencia calendários e agendas, publicando-os e compartilhando-os na Internet.

**Questão 18**

Um programa de planilha eletrônica como Microsoft Excel ou BrOffice Calc permite realizar cálculos através de números e fórmulas armazenadas em células. Suponha as seguintes células preenchidas com números: A1=6, A2=5, A3=4, B1=3, B2=2, B3=1. Que valor será calculado e exibido na célula C3 caso esta tenha o conteúdo =SOMA(A2:B3)?

- A) 5
- B) 6
- C) 12
- D) 15
- E) 21

**Questão 19**

Nos programas de navegação na Internet, como Microsoft Internet Explorer ou Mozilla Firefox, que tecla de função do teclado, ao ser pressionada, alterna entre os modos de exibição tela inteira e normal da janela do navegador?

- A) F1
- B) F3
- C) F7
- D) F12
- E) F11

**Questão 20**

Que números de telefones de utilidade pública correspondem, respectivamente aos telefones de emergência da Polícia Militar, Ambulância e Corpo de Bombeiros?

- A) 190, 193 e 194
- B) 190, 191 e 192
- C) 191, 192 e 194
- D) 190, 192 e 193
- E) 191, 193 e 194

**\* Raciocínio Lógico \*****Questão 21**

Os acidentes automobilísticos ocorridos em duas autoestradas (E1 e E2) são classificados, pela idade do motorista que provoca o acidente, em três faixas etárias distintas (A, B e C). As quantidades de acidentes nas faixas etárias A, B e C seguem, nessa ordem, uma progressão aritmética decrescente para a estrada E1, e uma progressão geométrica de razão 0,5 para a estrada E2. Sabendo-se que 51% de todos os acidentes ocorrem na estrada E1, a probabilidade de um motorista pertencente à faixa etária B provocar um acidente é de

- A) 0,25.
- B) 0,53.
- C) 0,42.
- D) 0,31.
- E) 0,64.

**Questão 22**

Os motoristas que cometeram as infrações A, B e C foram contabilizados em sete conjuntos: X1, X2, X3, X4, X5, X6 e X7. Os conjuntos X1, X2 e X3 são compostos pelos motoristas que cometeram, respectivamente, a infração A, B e C; os conjuntos X4, X5 e X6 são formados pelos que cometeram, respectivamente, as infrações A e B, A e C, e B e C. Finalmente, o conjunto X7 é composto pelos que cometeram as três infrações; seja N o número mínimo de motoristas que cometeram apenas uma infração. Sabendo que os números de motoristas desses sete conjuntos são todos diferentes e divisores de 30, o valor de N é

- A) 6.
- B) 22.
- C) 18.
- D) 14.
- E) 10.

**Questão 23**

Duas tabelas, cada qual com 5 linhas e 3 colunas, apresentam os números de acidentes referentes a 5 rodovias federais em três meses. Na primeira tabela, os números foram obtidos sem o uso de radar, enquanto na segunda esses números foram levantados com o emprego de radar. Constatou-se que, na primeira tabela, o número registrado na  $i$ -ésima linha e  $j$ -ésima coluna é dado pelo quadrado da soma  $(i + j)$  e que, na segunda tabela, o número na posição correspondente é dado pelo quadrado da diferença  $(i - j)$ . Após esse levantamento, deseja-se diminuir a quantidade de acidentes nessas estradas com o emprego de apenas 2 radares, adotando a seguinte estratégia: primeiramente, colocar um dos radares na estrada em que se verificou a maior redução de acidentes e, em seguida, empregar o outro numa das demais estradas, escolhida aleatoriamente para cada um dos três meses. A redução média do número total de acidentes utilizando essa estratégia em relação à situação em que não se empregam radares é de

- A) 160.
- B) 140.
- C) 200.
- D) 180.
- E) 120.

**Questão 24**

Um policial rodoviário deteve Carlos, João, José, Marcelo e Roberto, suspeitos de terem causado um acidente fatal em uma auto-estrada. Na inquirição, os suspeitos afirmaram o seguinte:

- Carlos: o culpado é João ou José;
- João: o culpado é Marcelo ou Roberto;
- José: o culpado não é Roberto;
- Marcelo: o culpado está mentindo;
- Roberto: o culpado não é José.

Sabe-se ainda que

- existe apenas um único culpado;
- um único suspeito sempre mente e todos os demais sempre falam a verdade.

Pode-se concluir que o culpado é

- A) Carlos.
- B) João.
- C) José.
- D) Marcelo.
- E) Roberto.

**Questão 25**

Em uma reunião de agentes da Polícia Rodoviária Federal, verificou-se que a presença por Estado correspondia a 46 % do Rio de Janeiro, 34 % de Minas Gerais e 20 % do Espírito Santo. Alguns agentes do Rio de Janeiro se ausentaram antes do final da reunião, alterando o percentual de agentes presentes do Rio de Janeiro para 40 %. O percentual referente ao número de agentes que se retirou em relação ao total inicialmente presente na reunião é de

- A) 6 %.
- B) 8 %.
- C) 12 %.
- D) 10 %.
- E) 15 %.

**\* Conhecimentos de Física \*****Questão 26**

Ao longo de uma estrada retilínea, um carro passa pelo posto policial da cidade A, no km 223, às 9h30 min e 20 s, conforme registra o relógio da cabine de vigilância. Ao chegar à cidade B, no km 379, o relógio do posto policial daquela cidade registra 10h20 min e 40 s. O chefe do policiamento da cidade A verifica junto ao chefe do posto da cidade B que o seu relógio está adiantado em relação àquele em 3min e 10 s. Admitindo-se que o veículo, ao passar no ponto exato de cada posto policial, apresenta velocidade dentro dos limites permitidos pela rodovia, o que se pode afirmar com relação à transposição do percurso pelo veículo, entre os postos, sabendo-se que neste trecho o limite de velocidade permitida é de 110 km/h?

- A) Trafegou com velocidade média ACIMA do limite de velocidade.
- B) Trafegou com velocidade sempre ABAIXO do limite de velocidade.
- C) Trafegou com velocidade média ABAIXO do limite de velocidade.
- D) Trafegou com velocidade sempre ACIMA do limite de velocidade
- E) Trafegou com aceleração média DENTRO do limite permitido para o trecho.

**Questão 27**

Uma condição necessária e suficiente para que um veículo de 1000 kg apresente uma quantidade de movimento NULA é que

- A) esteja trafegando em uma trajetória retilínea.
- B) esteja somente em queda livre.
- C) esteja parado, ou seja, em repouso.
- D) apresente velocidade constante e diferente de zero.
- E) seja nula a resultante de forças que nele atua.



**Questão 28**

Um condutor, ao desrespeitar a sinalização, cruza seu veículo de 5000 kg por uma linha férrea e é atingido por um vagão ferroviário de 20 t que trafegava a 36 km/h. Após o choque, o vagão arrasta o veículo sobre os trilhos. Desprezando-se a influência do atrito e a natureza do choque como sendo perfeitamente anelástico, qual a velocidade em que o veículo foi arrastado?

- A) 9 m/s.
- B) 8 m/s.
- C) 10 m/s.
- D) 12 m/s.
- E) nula.

**Questão 29**

Um veículo desgovernado perde o controle e tomba à margem da rodovia, permanecendo posicionado com a lateral sobre o piso e o seu plano superior rente à beira de um precipício. Uma equipe de resgate decide como ação o tombamento do veículo à posição normal para viabilizar o resgate dos feridos e liberação da pista de rolamento. Diante disso precisam decidir qual o melhor ponto de amarração dos cabos na parte inferior do veículo e então puxá-lo. Qual a condição mais favorável de amarração e que também demanda o menor esforço físico da equipe?

- A) A amarração no veículo deve ser feita em um ponto mais afastado possível do solo (mais alta), e a equipe deve puxar o cabo o mais próximo possível do veículo, dentro dos limites de segurança.
- B) A amarração no veículo deve ser feita em um ponto mais próximo possível do seu centro de massa, e a equipe deve puxar o cabo o mais distante possível do veículo.
- C) A amarração no veículo deve ser feita em um ponto mais próximo possível do seu centro de massa, e a equipe deve puxar o cabo o mais próximo possível do veículo, dentro dos limites de segurança.
- D) A amarração no veículo deve ser feita em um ponto mais afastado do solo (mais alta), entretanto o esforço feito pela equipe independe de sua posição em relação ao veículo, desde que dentro dos limites de segurança.
- E) A amarração no veículo deve ser feita em um ponto mais afastado possível do solo (mais alta), e a equipe deve puxar o cabo o mais distante possível do veículo.

**Questão 30**

Um automóvel, de peso 12000 N, apresentou pane mecânica e ficou parado no acostamento de uma rodovia. Um caminhão reboque veio ao local para retirá-lo. O automóvel será puxado para cima do caminhão com o auxílio de um cabo de aço, através de uma rampa que tem uma inclinação de 30 graus com a horizontal. Considerando que o cabo de aço permanece paralelo à rampa e que os atritos são desprezíveis, a menor força que o cabo de aço deverá exercer para puxar o automóvel será, aproximadamente, de

- A) 12000 N.
- B) 6000 N.
- C) 10400 N.
- D) 5200 N.
- E) 4000 N.

**\* Direção Defensiva \*****Questão 31**

Ao parar um carro de passeio numa “blitz” no início do anoitecer um Policial Rodoviário Federal verificou que alguns itens e componentes do automóvel não estavam em condições adequadas de funcionamento, constatando o seguinte:

- I. Um farol estava queimado e o outro desalinhado.
- II. As palhetas do limpador de parabrisas estavam ressecadas.
- III. A documentação do veículo estava em ordem.

Nesse caso, a atitude correta do policial é

- A) multar o motorista por causa dos faróis e liberar o veículo.
- B) advertir o motorista e liberar o veículo.
- C) reter o veículo devido ao não funcionamento dos faróis e multar o motorista.
- D) liberar o veículo porque está anoitecendo.
- E) acompanhar o motorista do veículo até uma oficina.

**Questão 32**

Após sinalizar para que um motorista pare no Posto da Polícia Rodoviária Federal, um Policial Rodoviário Federal observou que o caminhão percorreu uma demasiada distância para frear com segurança, o que pode ter sido ocasionado pelos seguintes motivos:

- I. Os discos e pastilhas do sistema de freios podem estar gastos.
- II. O nível do fluido do freio pode estar baixo.
- III. Os amortecedores traseiros podem estar desalinhados.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I.
- E) II.

**Questão 33**

Em relação ao Código de Trânsito Brasileiro (CBT), analise as seguintes afirmativas:

- I. Os veículos de tração animal serão conduzidos pela direita da pista, junto à guia da calçada (meio-fio) ou acostamento, sempre que não houver faixa especial a eles destinada.
- II. Os ciclomotores devem ser conduzidos pela direita da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à direita ou no bordo direito da pista sempre que não houver acostamento ou faixa própria a eles destinada.
- III. Deixar de dar passagem aos veículos de polícia é infração gravíssima, sendo o infrator penalizado com multa.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) II e III, apenas.
- E) III, apenas.

**Questão 34**

Atendendo uma ocorrência de trânsito, um Policial Rodoviário Federal nada detecta de anormal em relação à via ou ao condutor e, sendo satisfatórias as condições climáticas, ele procura no veículo a possível razão do acidente. Nessa situação, o Policial Rodoviário Federal vistoriará

- A) o funcionamento do pisca-alerta.
- B) o estado das pastilhas e lonas de freio.
- C) as luzes indicadoras de direção.
- D) o esguicho do limpador do parabrisas.
- E) a regulagem dos faróis.

**Questão 35**

Antes de sair com o veículo, é indispensável que o condutor coloque o cinto de segurança e que os demais passageiros façam o mesmo. Crianças menores de 10 anos devem ser transportadas no banco de trás, sendo obrigatório para aquelas com até 1 ano de idade o uso de

- A) cadeirinha no banco traseiro com a criança voltada para a frente.
- B) assento elevado, contido no colo de adulto com cinto.
- C) cadeirinha em paralelo aos bancos, com a criança voltada para o lado.
- D) bebê-conforto com a criança voltada para trás do veículo.
- E) bebê-conforto em paralelo aos bancos, com a criança voltada para o lado.

**\* Primeiros Socorros \*****Questão 36**

No local do acidente, está a vítima imóvel, sem movimentos torácicos característicos do respirar e sem resposta aos estímulos verbais e dolorosos. Para avaliar a circulação, o Policial Rodoviário Federal palparia a artéria

- A) pediosa.
- B) poplítea.
- C) carótida.
- D) aorta.
- E) subclávia.

**Questão 37**

Identificada eventual ausência de pulso arterial no exemplo anterior e sendo o Policial Rodoviário Federal o único socorrista no momento, seria correto iniciar a ressuscitação cardiopulmonar na razão de

- A) 1 ventilação / 5 compressões.
- B) 2 ventilações / 30 compressões.
- C) 2 ventilações / 10 compressões.
- D) 3 ventilações / 15 compressões.
- E) 1 ventilação / 10 compressões.

**Questão 38**

Uma das primeiras medidas, dentre as diversas que devem ser adotadas quando dos primeiros socorros aos acidentes de trânsito, é a sinalização do local. Um modo prático de estabelecer a distância ideal entre o local do acidente e o início da sinalização é valer-se de passos largos. Considerando um acidente automobilístico em rodovia com pista seca, o número de passos longos estimados deve ser de

- A) 100.
- B) 80.
- C) 60.
- D) 40.
- E) 20.

**Questão 39**

É levado ao posto de policiamento um homem que apresenta dor forte, em aperto, localizada atrás do esterno e irradiando para ombro esquerdo, iniciada há 90 minutos. O cidadão encontra-se “nervoso” e com sudorese, afirmando insistentemente que irá morrer. A conduta mais adequada será

- A) iniciar compressões torácicas.
- B) transportá-lo imediatamente sem alarde.
- C) orientar a família a procurar um hospital.
- D) oferecer água com açúcar.
- E) iniciar respiração boca a boca.

**Questão 40**

Ao chegar ao local de um acidente de trânsito, o Policial Rodoviário Federal identifica uma vítima que se encontra de olhos fechados e imóvel, respirando e com pulsação presente. Quando de estímulos verbais ou dolorosos, o acidentado abre os olhos e responde corretamente a suas indagações para, em seguida, voltar ao estado anterior. O nível de consciência deste traumatizado deve ser classificado como de

- A) confusão mental.
- B) estupor.
- C) sonolência.
- D) coma superficial.
- E) coma profundo.

**\* Legislação de Trânsito \*****Questão 41**

O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se pelo Código de Trânsito Brasileiro instituído pela lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. Assim, é correto afirmar que:

- A) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Estadual de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.
- B) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, sendo necessária a comprovação de culpa, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.
- C) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, não incluindo neste caso a preservação da saúde e do meio-ambiente.
- D) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- E) As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ressalvados os veículos estrangeiros e as pessoas nele expressamente mencionadas.

**Questão 42**

O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades. NÃO compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

- A) Os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e a Polícia Rodoviária Federal.
- B) O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo; os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores; e a Polícia Federal.
- C) A Polícia Rodoviária Federal; as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.
- D) O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo; os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores.
- E) A Polícia Rodoviária Federal; as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI; os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Questão 43**

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações. Sobre as competências atribuídas aos respectivos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito é correto afirmar que

- A) compete ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito e coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades.
- B) compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETRAN) e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE) avocar, para análise e soluções, processos sobre conflitos de competência ou circunscrição, ou, quando necessário, unificar as decisões administrativas e dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- C) compete às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições; elaborar normas no âmbito das respectivas competências; responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito.
- D) compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União julgar os recursos interpostos pelos infratores; solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida; encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas atuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.
- E) compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais, cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito e a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN, no âmbito de suas atribuições; proceder à supervisão, à coordenação, à correção dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito.

**Questão 44**

É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres. Em relação aos pedestres e aos condutores de veículos não motorizados é correto afirmar que

- A) nas áreas rurais, quando não houver passeios ou quando não for possível a utilização destes, a circulação de pedestres na pista de rolamento será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, e também em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.
- B) nas vias urbanas, quando não houver acostamento ou quando não for possível a utilização dele, a circulação de pedestres, na pista de rolamento, será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, em sentido contrário ao deslocamento de veículos, e também em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.
- C) nos trechos urbanos de vias rurais e nas obras de arte a serem construídas, deverá ser previsto passeio destinado à circulação dos pedestres, que deverão, nessas condições, usar o acostamento.
- D) onde não houver obstrução da calçada ou da passagem para pedestres, o órgão ou entidade com circunscrição sobre a via deverá assegurar a devida sinalização e proteção para circulação de pedestres.
- E) o ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.

**Questão 45**

O CONTRAN estabelecerá as normas e regulamentos a serem adotados em todo o território nacional quando da implementação das soluções adotadas pela Engenharia de Tráfego, assim como padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito. É correto afirmar sobre engenharia de tráfego, operação, fiscalização e policiamento ostensivo de trânsito que

- A) qualquer obstáculo à livre circulação e à segurança de veículos e pedestres, tanto na via quanto na calçada, caso não possa ser retirado, deve ser devida e imediatamente sinalizado, sendo proibida a utilização das ondulações transversais e de sonorizadores como redutores de velocidade, independente de casos especiais definidos pelo órgão ou entidade competente, nos padrões e critérios estabelecidos pelo DETRAN.
- B) nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via, salvo se autorizada por decreto do poder executivo da localidade.
- C) a obrigação de sinalizar é do responsável pela execução ou manutenção da obra ou do evento, juntamente com a polícia militar e a guarda municipal.
- D) nenhum projeto de edificação que possa transformar-se em polo atrativo de trânsito poderá ser aprovado sem prévia anuência do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via e sem que do projeto conste área para estacionamento e indicação das vias de acesso adequadas.
- E) obrigatoriamente a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via avisará a comunidade, por intermédio dos meios de comunicação social, sempre com quarenta e oito horas de antecedência, de qualquer interdição da via, indicando-se os caminhos alternativos a serem utilizados.

**Questão 46**

As características dos veículos, suas especificações básicas, configuração e condições essenciais para registro, licenciamento e circulação serão estabelecidas pelo CONTRAN, em função de suas aplicações. Os veículos classificam-se em:

- A) Quanto à categoria como: caminhão-trator; trator de rodas; trator de esteiras; trator misto; especial; de coleção.
- B) Quanto à espécie como de passageiros: motoneta; motocicleta; triciclo; quadriciclo; caminhonete; caminhão; reboque ou semirreboque; carroça; carro de mão.
- C) Quanto à espécie como de carga: bicicleta; ciclomotor; motoneta; motocicleta; triciclo; quadriciclo; automóvel; micro-ônibus; ônibus; bonde; reboque ou semirreboque; charrete.
- D) Quanto à espécie como misto: oficial; de representação diplomática, de repartições consulares de carreira ou organismos internacionais acreditados junto ao Governo brasileiro; particular; de aluguel; de aprendizagem.
- E) Quanto à tração como: automotor; elétrico; de propulsão humana; de tração animal; reboque ou semirreboque.

**Questão 47**

Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito do Código de Trânsito Brasileiro, da legislação complementar ou das resoluções do CONTRAN, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas. Com relação aos crimes relacionados no Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que

- A) ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, se imporá a prisão em flagrante e se exigirá fiança, independente dele prestar pronto e integral socorro àquela.
- B) é crime conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, contudo, com relação aos testes de alcoolemia, para efeito de caracterização do crime tipificado, o Poder Executivo Federal não poderá estipular a equivalência entre distintos testes de alcoolemia, devendo estes ser regulados pelo CONTRAN.
- C) no homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação; praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada; se deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente; se o praticar no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.
- D) é considerado crime participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, mesmo que autorizada pela autoridade competente, já que sempre pode resultar dano potencial à incolumidade pública ou privada.
- E) a multa reparatória poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo.

**Questão 48**

Em uma rodovia onde não há sinalização regulamentadora da velocidade máxima permitida, a fiscalização por radar identifica uma caminhonete trafegando a 105 km/hora. Nessa situação é correto que o agente

- A) aplique multa.
- B) não autue.
- C) recolha a habilitação.
- D) apreenda o veículo.
- E) detenha o motorista.

**Questão 49**

Ao retornar à base, após conduzir uma vítima de acidente a um serviço de Pronto-Socorro, uma ambulância trafega pelo acostamento da rodovia em velocidade reduzida, sem utilizar o alarme sonoro e a iluminação vermelha intermitente. É correto afirmar que seu motorista

- A) valeu-se da sua prioridade de trânsito.
- B) errou ao não acionar o alarme sonoro.
- C) exerceu o direito à livre circulação.
- D) infringiu uma norma de circulação.
- E) praticou crime de trânsito.

**Questão 50**

Ao fiscalizar uma “Van” com capacidade para dez passageiros, incluindo o motorista, o Policial Rodoviário Federal verifica que o condutor do veículo está habilitado na categoria “B”. Nesse caso, o certo seria

- A) considerar leve a infração e apenas multar.
- B) apreender o veículo e recolher a habilitação.
- C) multar, deter o motorista e apreender o veículo.
- D) multar, apreender o veículo e cassar a CNH.
- E) recolher o certificado de registro do veículo.

**Questão 51**

Quando da ocorrência de infração prevista na legislação de trânsito, deverá ser lavrado auto de infração, devendo nele constar, obrigatoriamente, alguns dados. Exemplo de informação a ser fornecida quando possível (não obrigatória) é

- A) a tipificação da infração.
- B) a data e a hora da ocorrência.
- C) os caracteres da placa do veículo.
- D) o prontuário do condutor.
- E) a identificação do agente autuador.

**Questão 52**

O Certificado de Registro de Veículo (CRV) é documento obrigatório para proprietários de veículos automotores. A expedição de novo CRV deverá ser imediata quando

- A) ocorrer mudança de endereço no mesmo município.
- B) se alterar qualquer característica do veículo.
- C) houver transferência de propriedade.
- D) se extraviar nota fiscal fornecida pelo fabricante.
- E) da quitação de multas de trânsito.

**Questão 53**

Marcos Vinicius, proprietário de veículo automotor, residente em Corumbá, recebeu guia de pagamento referente à infração cometida quando trafegava pela BR-101, entre as Cidades do Rio de Janeiro e Angra dos Reis, no dia 15 de julho de 2009, às 15h30min. A referida guia estabelecia o prazo de 15 dias para a efetivação do pagamento de multa no valor apontado, além da aplicação de 7 pontos, na forma como determina a Lei. Inconformado, recorreu Marcos Vinicius, sustentando não ter recebido notificação da autuação para apresentação de defesa prévia, sendo este apelo recusado. Em face dessa decisão administrativa, Marcos Vinicius ajuizou ação judicial, apresentando todos os documentos cabíveis, satisfazendo todos os pressupostos processuais. Dessa forma, com base na Orientação Jurisprudencial dominante, a decisão a ser proferida deverá ser

- A) desfavorável, na medida em que, no processo administrativo, para imposição de multa de trânsito, não são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração.
- B) favorável, na medida em que, no processo administrativo, para imposição de multa de trânsito, quando o infrator reside em outro Estado da Federação do local de ocorrência, é necessária a notificação da autuação decorrente da infração.
- C) desfavorável, na medida em que, no processo fiscal para imposição de multa de trânsito, são somente necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena, decorrente da infração, quando estas implicarem em pontuação inferior a 5 pontos.
- D) favorável, na medida em que, no processo administrativo, para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração.
- E) favorável, na medida em que, no processo fiscal para imposição de multa de trânsito, é necessária a notificação da autuação, através de servidor especialmente designado, de forma a atestar o seu recebimento.

**Questão 54**

No dia 15 de junho de 2007, por volta das 09h, pela Avenida Canal, proximidades do "Atacadão Rio do Peixe", José Antônio, guiando o veículo ônibus, ano 1998, de cor branca, provocou atropelamento contra Marinalva, que pedalava uma bicicleta próximo à guia da calçada, sofrendo traumatismos generalizados. O socorro foi prestado por solicitação de populares do SAMU ao Hospital Regional de Urgência e Emergência de Campina Grande, e o infrator se evadiu. No que se refere à conduta praticada, uma vez que o infrator se evadiu sem prestar socorro à vítima, é correto afirmar que o condutor

- A) não merece aplicação, em tese, do aumento de pena daí decorrente, conforme estipulado pela Lei nº 9503/97.
- B) merece aplicação, em tese, do aumento de pena daí decorrente, conforme estipulado pela Lei nº 9503/97.
- C) não merece aplicação do aumento de pena daí decorrente, uma vez que a vítima não era pedestre, conforme estipulado pela Lei nº 9503/97.
- D) merece aplicação, em tese, do aumento de pena daí decorrente, se testemunhas confirmarem que ele conduzia o veículo em alta velocidade, sendo irrelevante a não prestação de socorro, conforme estipulado pela Lei nº 9503/97.
- E) merece aplicação, em tese, do aumento de pena daí decorrente, se testemunhas confirmarem que ele conduzia em aparente estado de embriaguez, conforme estipulado pela Lei nº 9503/97.

**Questão 55**

João Feguerson Restaurantes Ltda. pretende abrir um estabelecimento comercial na Rodovia Federal BR 000, em área urbana do Município onde se encontra a sede do referido restaurante. Para tanto, oferece o restaurante prato acompanhado de uma bebida alcoólica. Tendo ciência do ocorrido, notifica o DETRAN, nos termos do Decreto nº 6489/2008, o estabelecimento em questão, no sentido de que se abstenha da comercialização de bebida alcoólica, sob pena de aplicação de multa. Apresentada a defesa, vem o procedimento administrativo com a decisão de que a punição é

- A) cabível em face da vedação de venda de bebida alcoólica às margens de rodovia.
- B) cabível por se tratar de local contíguo à faixa de domínio com acesso direto à rodovia.
- C) incabível, por se localizar o restaurante em área urbana.
- D) cabível somente se o restaurante não obtiver autorização especial para a comercialização de bebidas alcoólicas às margens da rodovia federal.
- E) incabível por não ser implícita à atividade comercial do restaurante a comercialização de bebidas alcoólicas.

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado da 2ª parte das 80 (oitenta) questões objetivas e a proposta de redação.

Conhecimentos Específicos (continuação)	REDAÇÃO
Noções de Direito	Um (1) tema da atualidade
56 a 80	Mínimo de 20, máximo de 30 linhas
<b>3 PONTOS</b>	<b>20 pontos</b>

b) Uma (1) Folha de Redação, destinada ao texto definitivo da redação, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

- 02- Verifique se esse material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.
- 03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Redação, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.
- 04- Na Prova Objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado. Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **uma resposta**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou a rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo, etc) anula a questão, **mesmo que uma das respostas seja a correta**.
- 05- Na **Folha de Respostas** entregue na 1ª parte do caderno de prova, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **todo o espaço** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar o menos possível de "espaços em branco" dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.
- 06- Para a Redação não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 07- Tenha muito cuidado com a Folha de Redação para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. Conforme o item 9.14.4, a Folha de Redação não será substituída por erro de preenchimento do candidato. Desta forma, solicitamos atenção ao seu preenchimento.
- 08- A Folha de Texto Definitivo será o único documento válido para a avaliação da Redação. Conforme o item 9.14.3, a folha para rascunho no caderno de prova é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
- 09- Conforme o item 8.2.4 do edital do concurso, o número de linhas efetivamente escritas pelo candidato deverá ocupar no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas da folha do caderno definitivo. O candidato deverá respeitar o número de linhas estabelecido para a resposta, sendo vetada a utilização do verso da folha.
- 10- Conforme disposto no item 9.14.2 do edital, a folha de texto definitivo não poderá conter qualquer tipo de identificação.
- 11- Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS**.
- 12- Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões ao final do horário previsto para o término da prova, conforme alínea "c" do item 9.19. Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de texto definitivo da redação, conforme item 9.19, alínea "d", do edital.
- 13- Conforme o item 9 do edital, **é vedado** ao candidato:
- se utilizar ou portar, durante a realização das provas, de armas, máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie, quer seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova;
  - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões, a Folha de Redação e/ou a Folha de Respostas**;
  - usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;
  - for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- 14- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
- 15- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DA REDAÇÃO É DE CINCO (5) HORAS.**



**\* Noções de Direito \*****Questão 56**

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. Neste sentido, é correto afirmar que incumbe

- A) à polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária da União.
- B) à polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- C) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- D) à polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- E) às polícias militares, ressalvada a competência da União, exercer as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais.

**Questão 57**

A Lei n.º 9654, de 2/6/98, publicada no D.O.U. de 3/6/98 cria, no âmbito do Poder Executivo, a carreira de Policial Rodoviário Federal, com as atribuições previstas na Constituição Federal, no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação específica. Assim, as atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes dentre outras:

- A) Classe de Agente Operacional: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da classe de Agente Operacional.
- B) Classe de Agente Especial: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da classe de Agente.
- C) Classe de Inspetor: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da classe de Agente Especial.
- D) Classe de Agente Especial: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
- E) Classe de Agente: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da classe de Agente Especial.

**Questão 58**

A lei n.º 4.898/65 regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal. Dessa forma, constitui também abuso de autoridade

- A) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- B) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento autorizado em lei.
- C) comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
- D) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção legal que lhe seja comunicada.
- E) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor.

**Questão 59**

A Lei 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Assim, dispõe que quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixe de impedir a sua prática, quando puder agir para evitá-la. Neste sentido, é correto afirmar que

- A) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas somente na esfera administrativa e civil conforme o disposto na lei 9.605/98, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- B) a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- C) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto na lei 9.605/98, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- D) a pessoa física poderá ser desconsiderada sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- E) o Juiz deverá desconsiderar a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

**Questão 60**

Segundo os Princípios Básicos para utilização da força e armas de fogo, adotado pela ONU em 07/07/1990, as normas e regulamentações relativas à utilização de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem incluir diretrizes que

- A) especifiquem as circunstâncias nas quais os funcionários responsáveis pela aplicação da lei sejam autorizados a transportar armas de fogo e prescrevam os tipos de armas de fogo e munições autorizados.
- B) garantam que as armas de fogo e as armas não letais sejam utilizadas apenas nas circunstâncias adequadas e de modo a reduzir ao mínimo o risco de danos inúteis.
- C) diminuam a utilização de armas de fogo e de munições que provoquem lesões desnecessárias ou representem um risco injustificado.
- D) regulamentem o controle, armazenamento e distribuição de armas de fogo e prevejam nomeadamente procedimentos de acordo com os quais os funcionários responsáveis pela aplicação da lei necessitem prestar contas de todas as armas e munições que lhes sejam distribuídas, somente quando solicitados.
- E) prevejam um sistema de relatórios de ocorrência, sempre que os funcionários responsáveis pela aplicação da lei utilizem armas de fogo fora do exercício das suas funções.

**Questão 61**

O Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei recomenda que encarem favoravelmente a sua utilização no quadro da legislação e prática nacionais como conjunto de princípios que deverão ser observados pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei. Assim, é INCORRETO afirmar que

- A) no cumprimento do seu dever, os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem respeitar e proteger a dignidade humana, manter e apoiar os direitos fundamentais de todas as pessoas.
- B) os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem cumprir, quando estão em serviço e se forem requisitados, o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o elevado grau de responsabilidade que a sua profissão requer.
- C) os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando tal se afigure estritamente necessário e na medida exigida para o cumprimento do seu dever.
- D) as informações de natureza confidencial em poder dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem ser mantidas em segredo, a não ser que o cumprimento do dever ou as necessidades da justiça estritamente exijam outro comportamento.
- E) nenhum funcionário responsável pela aplicação da lei pode infligir, instigar ou tolerar qualquer ato de tortura ou qualquer outra pena ou tratamento cruel, desumano ou degradante, nem invocar ordens superiores ou circunstanciais excepcionais, tais como o estado de guerra ou uma ameaça à segurança nacional, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública como justificação para torturas ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

**Questão 62**

Diretor de Administração de autarquia federal formaliza contrato para reforma de elevadores do ente público, sem proceder a prévio procedimento licitatório, esclarecendo que a empresa contratada é a única capaz de efetuar o serviço. Uma vez reconhecida a nulidade da contratação, é correto afirmar, sob ponto de vista administrativo, que a conduta mencionada constitui

- A) conduta administrativa imune à punição.
- B) proibidade administrativa.
- C) improbidade penal.
- D) improbidade culposa civil.
- E) improbidade administrativa.

**Questão 63**

Marilson Gilvã declara, nas razões de um mandado de segurança, que a Polícia Rodoviária Federal, mesmo quando da prevenção de delitos contra a vida, não tem competência para ser o órgão encarregado de proceder às interceptações telefônicas legalmente autorizadas pela Justiça, em face de vedação legal. Levando em conta as peculiaridades da Polícia Rodoviária Federal, em especial o Decreto 1655/95, é correto concluir, sobre o pedido formulado pelo Impetrante, que o Decreto nº 1.655 de 03/10/1995,

- A) não autorizou a Polícia Rodoviária Federal a "colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em lei", não podendo, para tanto, proceder à escuta telefônica
- B) autorizou a Polícia Rodoviária Federal a "colaborar sem atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho", podendo, para tanto, desde que autorizada, proceder à escuta telefônica.
- C) autorizou a Polícia Rodoviária Federal, como ente subordinado à Polícia Federal, a "colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em lei", cabendo somente à Polícia Federal proceder à aludida escuta telefônica, desde que requisitada pela Polícia Rodoviária Federal.
- D) autorizou a Polícia Rodoviária Federal a "colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em lei", podendo, para tanto, desde que autorizada, proceder à escuta telefônica.
- E) autorizou a Polícia Rodoviária Federal, desde que autorizada pelo Poder Judiciário, a "colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em lei", sem entretanto, poder efetuar a escuta telefônica.

**Questão 64**

Servidor público federal, localizado em autarquia federal, após responder a processo administrativo disciplinar, por ser cotista de Sociedade Comercial, sendo que a função de gerente era exercida por sua esposa, vem a ser demitido, em face da participação no quadro societário de sociedade privada comercial. Em face do narrado, é correto afirmar que

- A) a participação como cotista em sociedade comercial não é vedada, em tese, ao servidor público, desde que previamente autorizada em processo administrativo específico.
- B) a participação como cotista em sociedade comercial é vedada ao servidor público, sendo punida com pena de demissão.
- C) a participação como cotista em sociedade comercial não é vedada ao servidor público, desde que inexistir vínculo familiar com o gerente, caso em que é aplicável a pena de demissão.
- D) a participação como cotista em sociedade privada, gerenciada por familiar, é vedada ao servidor público, sendo punida com pena de advertência.
- E) a participação como cotista em sociedade comercial não é vedada, em tese, ao servidor público.

**Questão 65**

No que respeita à pessoa jurídica de direito público, a responsabilidade civil por ato ilícito praticado por seu agente, em regra, se baseia na

- A) culpa presumida.
- B) teoria da responsabilidade por culpa.
- C) teoria da irresponsabilidade.
- D) prova de fortuito externo.
- E) teoria da responsabilidade objetiva.

**Questão 66**

Mário Manoel, aprovado em concurso público para cargo de Agente, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, foi lotado, em 21/07/2004, para exercer atividades fixadas em Regulamento, em rodovia federal no Estado do Rio de Janeiro. Em 21/07/2006, requereu sua remoção, visando obter nova lotação, apresentando como motivação a proximidade de seu domicílio. Levando em conta os fatos narrados, pode-se afirmar acerca da alteração de lotação do servidor da Polícia Rodoviária Federal que o requerimento

- A) não poderá ser atendido na medida em que, apesar de satisfeito o lapso temporal inicial, referente à primeira lotação, o processo de remoção dar-se-á através de concurso de remoção, de permuta ou pelo interesse da administração.
- B) poderá ser acolhido, uma vez que o Agente permaneceu em sua primeira lotação por um período mínimo de 2 (dois) anos exercendo atividades de natureza estritamente operacional voltadas ao patrulhamento ostensivo e à fiscalização de trânsito compatíveis com a sua experiência e aptidões, e a permuta é formalizada através de simples petição.
- C) somente poderá ser acolhido se, no Edital do Concurso Público estiver prevista a possibilidade de requerimento de remoção, fixando, igualmente o prazo referente à primeira lotação.
- D) não poderá ser acolhido, uma vez que o tempo mínimo da primeira lotação do Agente é de 3 (três) anos exercendo atividades de natureza estritamente operacional voltadas ao patrulhamento ostensivo e à fiscalização de trânsito compatíveis com a sua experiência e aptidões.
- E) poderá ser acolhido, se ficar evidenciada a existência de vaga no local para onde o servidor pretende obter nova lotação, caso em que a mesma pode ser processada através de requerimento dirigido à Chefia Imediata para fins de trâmite e anotação nos assentamentos funcionais.

**Questão 67**

Com relação à possibilidade da declaração pela União Federal de estado de calamidade pública no Sistema Único de Saúde, através de Decreto Presidencial, com a consequente requisição de bens municipais, sem a decretação do Estado de Defesa ou de Sítio, é correto afirmar que é

- A) inadmissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, sem a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio.
- B) admissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, sem a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio.
- C) inadmissível a requisição de bens municipais pela União como narrado uma vez que, apesar de se ter por meta a proteção da saúde da população, não houve o requerimento pelo Estado da Federação em questão, fato este que tornaria desnecessária a decretação de Estado de Defesa ou Estado de Sítio.
- D) inadmissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, sem que haja requerimento expresso do Poder Legislativo Distrital onde se localiza o Município em questão.
- E) admissível a requisição de bens municipais pela União em situação de normalidade institucional, desde que aprovada moção pela Câmara dos Vereadores do Município, e esta seja referendada por 3/5 dos membros do Congresso Nacional.

**Questão 68**

Ana Júlia impetra Mandado de Segurança em face do Presidente de uma autarquia federal, sob a argumentação de que requereu em janeiro de 2008 certidão para esclarecer assunto de interesse pessoal, relativo a sua remuneração como fiscal de rendas da autarquia, sendo que esta, até a presente data, não veio a ser expedida, o que configura, em seu entender, ato omissivo. Prestadas as informações, declara a autoridade impetrada que não há que se falar em ato omissivo, uma vez que a Impetrante não demonstrou que a autoridade coatora estivesse evitando a emissão da referida certidão. Com relação aos fatos narrados, é correto afirmar que

- A) o direito à obtenção de certidão é garantido pela Constituição da República, porém a inação da Administração Pública não configura ato omissivo.
- B) o direito à obtenção de certidão é garantido pela Constituição da República, porém o mandado de segurança não pode prosperar por não ter o impetrante comprovado que a Administração Pública estivesse evitando a emissão da certidão pleiteada.
- C) o direito à obtenção de certidão é garantido pela Constituição da República, e a inação da Administração Pública configura ato omissivo.
- D) a impetração de mandado de segurança para a obtenção de certidão não é cabível quando esta deva ser expedida por Ente da Administração Indireta.
- E) o direito à obtenção de certidão é garantido pela Constituição da República, e o mandado de segurança se presta a permitir sua expedição pelo Poder Judiciário, substituindo, assim a Administração Pública.

**Questão 69**

Servidor público ajuíza ação judicial em face do Ente onde está lotado, sustentando equívoco no pagamento de seus vencimentos, ao ter sido aplicado o teto remuneratório, considerando o prêmio anual de produtividade fiscal. Aduz o servidor em questão ser a referida vantagem, de caráter geral, percebida em razão do exercício do cargo (prêmio anual de produtividade), razão pela qual não é incidente o aludido teto. Aduz ainda que o Prêmio Anual de Produtividade só é pago quando a arrecadação supera cotas previamente previstas, ou seja, essa vantagem não possui caráter permanente, pois tem como finalidade o estímulo coletivo para o atingimento e a superação de metas, estímulo este que motiva os servidores de fiscalização a não medirem esforços para que as metas sejam superadas. Por outro lado, tal esforço tem influência direta sobre a arrecadação tributária, que vem batendo recordes, melhorando a saúde financeira do erário. Levando em conta o narrado, é possível entender acerca da questão do teto remuneratório do servidor público, à luz do determinado pela Constituição da República de 1988, que o teto remuneratório

- A) não incide sobre o Prêmio Anual de Produtividade não devendo ser incluído este no redutor do teto remuneratório, previsto na Constituição da República.
- B) incide sobre o Prêmio Anual de Produtividade devendo ser incluído este no redutor, na proporção de 50% do teto remuneratório, conforme previsto na Constituição da República.
- C) não incide sobre o Prêmio Anual de Produtividade, não devendo ser incluído este no redutor do teto remuneratório, por não ser matéria regulamentada por Lei, conforme determinado pela Constituição da República.
- D) incide sobre o Prêmio Anual de Produtividade, após decisão do Tribunal de Contas, garantido o direito de defesa, para posteriormente ser incluído esse prêmio no redutor do teto remuneratório, atendendo ao disposto na Constituição da República.
- E) incide sobre o Prêmio Anual de Produtividade devendo ser incluído este no redutor do teto remuneratório, previsto na Constituição da República.

**Questão 70**

Se a autoridade policial, ao encerrar as investigações, constatar que não ficou evidenciada a prática de infração penal, ela deverá

- A) relatar o inquérito policial e remeter os autos ao Ministério Público.
- B) arquivar o inquérito policial, por despacho motivado.
- C) revogar a prisão preventiva do investigado e expedir alvará de soltura.
- D) elaborar parecer pelo arquivamento, submetendo-o ao Secretário de Segurança Pública.
- E) prosseguir nas investigações, que só poderão ser encerradas quando ocorrer a prescrição da pretensão punitiva.

**Questão 71**

Motorista, cujo carro fora roubado em rodovia federal, dirige-se imediatamente ao Posto da Polícia Rodoviária Federal mais próximo e relata o fato. O agente policial registra a ocorrência e alerta, pelo rádio, todos os policiais rodoviários federais que patrulham aquela rodovia. Vinte minutos depois, dois policiais interceptam o veículo roubado, que estava sendo conduzido por um homem cuja descrição coincide com a que fora feita pela vítima. Considerando essa narrativa, assinale a resposta correta.

- A) Os policiais devem apreender o carro roubado e efetuar a prisão em flagrante do suspeito, pois a hipótese é de flagrante próprio.
- B) Os policiais devem apreender o carro roubado, mas não podem conduzir o suspeito ao posto, pois só haveria flagrante se ele tivesse sido surpreendido no momento em que estava cometendo o crime.
- C) Os policiais devem apreender o carro roubado e efetuar a prisão do suspeito para averiguação, a qual terá o prazo máximo de quarenta e oito horas.
- D) Os policiais devem apreender o carro roubado e apresentar imediatamente o suspeito ao juiz de plantão, para ser interrogado.
- E) Os policiais devem apreender o carro roubado e efetuar a prisão em flagrante do suspeito, pois a hipótese é de flagrante presumido.

**Questão 72**

Em uma colisão de veículos, uma das vítimas sofre lesões corporais. Ela é levada a um hospital particular, onde fica internada por alguns dias. Quando sai do hospital, as lesões já estão imperceptíveis, e a vítima não comparece ao Instituto Médico Legal para fazer o exame de corpo de delito. O Ministério Público oferece a denúncia instruída com os exames feitos no hospital em que a vítima foi atendida e arrola o médico responsável como testemunha. Assinale a resposta que descreve o procedimento correto.

- A) O juiz deve rejeitar a denúncia, pois o exame de corpo de delito feito por perito oficial é indispensável, não havendo no caso justa causa para a ação penal.
- B) O juiz deve receber a denúncia, pois a falta do exame de corpo de delito pode ser suprida por outras provas, notadamente a prova testemunhal, no caso de desaparecimento dos vestígios.
- C) O juiz deve receber a denúncia, pois a falta do exame de corpo de delito pode ser suprida pela confissão do acusado, desde que feita perante o juiz e na presença do defensor.
- D) O juiz deve rejeitar a denúncia, pois o desaparecimento das lesões exclui o crime de lesão corporal, inexistindo infração penal a ser apurada na hipótese.
- E) O juiz deve suspender o recebimento da denúncia e intimar as partes para que formulem quesitos ao médico responsável pelo exame, de modo a suprir a falta de exame de corpo de delito.

**Questão 73**

João e Maria são casados e residem em uma fazenda. Maria está no final de sua gestação e terá seu filho na maternidade de um município próximo. Quando Maria entra em trabalho de parto, João a leva de carro para a maternidade. Contudo, como Maria sente muita dor, e João está nervoso, ele dirige seu veículo na rodovia imprimindo velocidade superior à permitida. Ao fazer uma ultrapassagem perigosa, João provoca um acidente e mata o motorista do outro veículo. Analise a situação penal de João.

- A) João cometeu o crime de homicídio culposo.
- B) João cometeu o crime de lesão corporal seguida de morte.
- C) João não cometeu nenhum crime, pois agiu em estado de necessidade.
- D) João cometeu o crime de direção perigosa.
- E) João cometeu o crime de homicídio privilegiado.

**Questão 74**

Antônio, munido de arma de fogo, atira em Paulo, matando-o, com o propósito de roubar seu carro. Contudo, logo após assumir a direção de veículo para empreender fuga, Antônio colide com um carro que vinha na direção oposta e acaba sendo preso. Qual foi o crime cometido por Antônio?

- A) Latrocínio tentado.
- B) Homicídio consumado em concurso material com roubo tentado.
- C) Homicídio consumado em concurso formal com roubo tentado.
- D) Extorsão qualificada pela morte da vítima.
- E) Latrocínio consumado.

**Questão 75**

Dois policiais rodoviários federais estão patrulhando uma rodovia e decidem parar um veículo para solicitar os documentos de seu motorista. O motorista está com os documentos do carro em ordem, mas sua habilitação está vencida. Os policiais esclarecem ao motorista que ele não pode continuar conduzindo o veículo, que ficará apreendido até que uma pessoa habilitada venha buscá-lo. O motorista oferece a quantia de R\$ 100,00 reais para que os policiais o liberem. Os policiais então dizem que só o liberariam mediante o pagamento de R\$ 500,00 reais. O motorista diz que não tem essa quantia, e os policiais acabam apreendendo o veículo. Diante da narrativa, assinale a opção correta.

- A) O motorista cometeu o crime de corrupção ativa na modalidade tentada, e os policiais não cometeram nenhum crime.
- B) O motorista cometeu o crime de corrupção ativa, e os policiais cometeram o crime de corrupção passiva.
- C) O motorista e os policiais não cometeram nenhum crime, pois não foi efetivado o pagamento de dinheiro, e o carro foi regularmente apreendido.
- D) O motorista cometeu o crime de corrupção, e os policiais cometeram o crime de prevaricação.
- E) O motorista cometeu o crime de corrupção, e os policiais cometeram o crime de concussão, ambos na modalidade tentada.

**Questão 76**

Diante da classificação de bens jurídicos adotada pelo Código Civil Brasileiro de 2002, um automóvel é classificado como bem

- A) semovente, coletivo e indivisível.
- B) imóvel, singular e divisível.
- C) móvel, singular e divisível.
- D) semovente, singular e divisível.
- E) móvel, singular e indivisível.

**Questão 77**

Quanto à incapacidade, dispõe a Lei civil vigente que estão impossibilitados, por completo, de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- A) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- B) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- C) os maiores de 18 anos.
- D) os pródigos.
- E) os maiores de 16 anos e os menores de 18 anos.

**Questão 78**

Juventino é servidor público federal da carreira de policial rodoviário federal. Após cumprir dois anos e onze meses de atividades nas atribuições do cargo da classe de agente, executando as tarefas de natureza operacional, principalmente as voltadas para o patrulhamento ostensivo e a fiscalização de trânsito; e já em via de receber sua progressão funcional legal para outro padrão, além da estabilidade funcional, recebe para transferir sua experiência outro policial da carreira, Orozimbo, que irá substituí-lo, pois o local de sua lotação também seria modificado. Passados alguns dias ambos se tornam cordiais colegas de profissão e, achando-se cansados, se sentam para um pequeno descanso durante o serviço. Um veículo que trafegava pelo acostamento da via pública em alta velocidade acaba não sendo autuado por Juventino. Neste caso, Orozimbo agiu de que forma?

- A) Com inaptidão.
- B) Com desídia.
- C) Com incompetência.
- D) Com presunção de não culpabilidade.
- E) Com inassuidade.

**Questão 79**

A “Lei Seca” considera crime conduzir veículos com a ingestão no organismo de determinado teor alcoólico, com penas que variam da multa até a reclusão. Um dos pontos polêmicos da lei trata da obrigatoriedade do motorista em fazer testes de dosagem alcoólica (bafômetro) por estar usando a rodovia que é de uso comum do povo, mas o motorista pode se recusar a fazer qualquer teste, já que ninguém é obrigado a produzir uma prova contra si. No caso de o motorista usar a artimanha de se negar a fazer o exame, entrando posteriormente com um recurso na Justiça, a lei prevê que o testemunho do agente de trânsito ou policial rodoviário tem força de prova diante do juiz. A Administração Pública autua, por meio do seu agente policial, que se vale de meios indiretos de coação, aplicando uma multa. Como se denomina esse atributo do poder de polícia na doutrina, segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo)?

- A) Atributo da coercibilidade.
- B) Atributo da exigibilidade.
- C) Atributo da autoexecutoriedade.
- D) Atributo de ordem pública.
- E) Atributo da previsibilidade legal.

**Questão 80**

Um motorista é interceptado pela Polícia Rodoviária Federal transportando matéria-prima destinada à preparação de drogas. Para efetuar tal transporte

- A) é indispensável apresentar apenas licença prévia da autoridade competente.
- B) é indispensável apresentar somente nota fiscal da origem e registro do comprador do produto.
- C) é necessário apresentar somente nota fiscal da origem do produto.
- D) é necessário apresentar registro do comprador do produto, independente da apresentação da licença prévia.
- E) é indispensável apresentar licença prévia da autoridade competente, observadas as demais exigências legais.

**REDAÇÃO**

Observe a dedicatória de uma das obras mais intrigantes de Machado de Assis, “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, que tomado pela irreverência revela ao público as reflexões de seu fictício autor-defunto:

AO VERME  
QUE PRIMEIRO ROEU AS FRIAS CARNES  
DO MEU CADÁVER  
DEDICO  
COM SAUDOSA LEMBRANÇA  
ESTAS  
MEMÓRIAS PÓSTUMAS

Ensejados pela obra acima, um jornal de grande circulação possibilitará, a uma vítima, fatal ou não, de acidente ocorrido em rodovia, espaço para apresentar à população suas ilações acerca do trabalho realizado pela Polícia Rodoviária Federal que a atendeu em dado momento.

Ocupando posicionamento argumentativo da vítima, redija um texto dissertativo no qual o pensamento abaixo seja contemplado:

**RESPEITO ÀS LEIS, VIA DE MÃO ÚNICA!**



**FOLHA DE RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	